

DIGA NÃO À BNCC DO ENSINO MÉDIO E PELA REVOGAÇÃO DA LEI 13.415

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO DO GOVERNO TEMER É MAIS UM GOLPE CONTRA A EDUCAÇÃO PÚBLICA! NÃO NOS DEIXEMOS ENGANAR!

Você sabia?	Objetivos da Reforma	Consequências para os estudantes
A reforma do ensino médio determina que os estudantes somente terão duas disciplinas obrigatórias, português e matemática.	O governo de Michel Temer, a serviço das empresas que vendem produtos da educação, exige que o Brasil se submeta aos processos de avaliação internacionais, como o PISA, centrado somente em português e matemática.	Os alunos estudarão só para se saírem bem nas avaliações. Os estudantes de escola privada terão mais opções curriculares, uma vez que a BNCC de 1.800 horas reduz as áreas de ciências sociais, biológicas e exatas, exceto matemática.
A reforma do ensino médio determina que haja cinco itinerários de formação, dos quais apenas um obrigatório. Caso o estudante queira cursar outro itinerário, terá que buscar nova escola.	Os estudantes de escola pública não terão mais acesso a todas as disciplinas que estudam hoje.	Os prejuízos serão imensos para a formação pessoal e profissional dos jovens. Os que estudam na escola pública não terão condições de disputar as melhores vagas nos institutos federais ou universidades públicas.
Com os chamados arranjos curriculares, propostos pela reforma do ensino médio, o estudante aproveitará os conteúdos de experiências fora da escola como sendo de formação e conclusão do Ensino Médio.	A reforma obriga os estudantes da escola pública a buscar, na iniciativa privada, a formação que não terão mais na escola pública.	Sem formação pessoal e profissional adequada, os jovens serão forçados a se submeterem a empregos de baixa remuneração.
A reforma do ensino médio abre a possibilidade de contratar pessoas por "Notório Saber" para lecionar nas escolas públicas.	Qualquer pessoa que tenha conhecimento ou experiência em uma matéria da educação técnica-profissional poderá lecionar sem ser professor. O governo dos empresários quer se livrar de ter de fazer concurso, pagar piso salarial e valorizar a carreira docente.	Sem profissionais da educação bem pagos e valorizados, os estudantes estarão sujeitos a um ensino de baixa qualidade.
Com a BNCC, os estudantes não aprenderão mais e haverá dificuldade para a entrada no ensino superior.	A BNCC visa reduzir o acesso ao conhecimento para o estudante da escola pública. A lista de temas a ser seguida ajudará os empresários, que venderão livros e apostilas, tecnologias educacionais, cursos profissionalizantes e de formação de professores.	Com as escolas submetidas às regras empresariais, não será mais o conhecimento que ditará a regra dos estudos. Os estudantes estarão submetidos a uma lógica de mercado.

REFORMA AMEAÇA O FUTURO DO ENSINO MÉDIO

A CNTE continua a luta contra a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instrumento criado para operacionalizar a Reforma do Ensino Médio, aprovada por um governo sem legitimidade e que negou a oportunidade de debate público ao encaminhar as mudanças ao Congresso na forma da Medida Provisória 746/2016.

A Lei 13.415/2017, sobre a qual a BNCC atuará, impõe retrocessos aos educadores e à sociedade brasileira. De um lado, fomenta a privatização da educação básica, ao repassar para o setor privado os currículos flexíveis, especialmente da Educação Técnica-Profissional. De outro, cria um verdadeiro *apartheid* socioeducacional, ao instituir escolas para ricos e classe média alta, com currículos "à la carte", e escolas para pobres e classe média baixa, com currículo básico limitado a 1.800 horas e com apenas duas disciplinas obrigatórias (português e matemática).

A mercantilização e a privatização do Ensino Médio caminham em sintonia com a Emenda Constitucional n. 95, que congela por 20 anos os investimentos públicos em políticas sociais, inclusive na educação. E para economizar dinheiro, o Poder Público ofertará menos conteúdos obrigatórios aos estudantes e, conseqüentemente, contratará menos professores para lecionar. E os educadores que ainda permanecerem nas redes de ensino poderão ter suas relações de trabalho precarizadas pela Reforma Trabalhista (Lei 13.467) aprovada pelos agentes do golpe institucional instalado no Brasil em 2016.

Ao invés de investir na infraestrutura escolar, no tempo integral, na formação e valorização dos profissionais, o Ministério da Educação opta por destruir o Ensino Médio, limitando a aprendizagem estudantil aos conteúdos cobrados em testes nacionais e internacionais de proficiência estudantil. Por tabela, os estudantes da escola pública ficarão cada vez mais distantes da universidade, pois, além de limitar a obrigatoriedade das disciplinas, não há nenhuma garantia de que os conteúdos que formam a BNCC serão ministrados em algum momento do ensino médio.

Por isso, não adianta remendar algo que pretende destruir a educação pública e eliminar postos de trabalho dos trabalhadores em educação. As modificações pontuais na proposta da Base não serão suficientes para alterar as concepções estruturais e político-pedagógicas impostas pela Lei, que deve ser revogada!



A luta continua!

Acesse aqui e fique por dentro dos prejuízos da Reforma do Ensino Médio e da BNCC para a educação e os profissionais da área. Informe-se, mobilize-se e resista.

A ESCOLA PODE REJEITAR A BNCC E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO?

Sim. Embora a Reforma do Ensino Médio tenha sido aprovada no Congresso, são os sistemas estaduais que terão que implementá-la, com chance de não fazê-lo.

Resista:

- Organize a escola para conhecer os prejuízos que a reforma vai trazer para os estudantes e educadores/as.
- Mobilize a comunidade escolar com assembleias e ocupações.
- Exija que todas as áreas de conhecimento sejam ofertadas em tempo adequado, e não apenas português e matemática.
- Reivindique concurso público para os profissionais da educação.

LUTE PELA ESCOLA PÚBLICA!